

CLARIN

Buscan cerrar acuerdo con la UE en mayo

Quizá sea Guadalajara el lugar donde, en un mes, se anuncie un avance serio del acuerdo que buscan el Mercosur y la Unión Europea. En la ciudad mexicana se reunirán los presidentes de la cumbre euro-latinoamericana. Y los del Mercosur y la UE deberían aprobar las ofertas de intercambios y concesiones que cada bloque realice. Las listas se presentarán primero en Bruselas, la semana próxima.

Ayer, el canciller Rafael Bielsa vio en Buenos Aires al comisario de Agricultura de la UE, Franz Fischler, y dijo que los europeos son el principal socio externo del Cono Sur, "en comercio, inversiones y cooperación", pero que debe "neutralizar" su fuerte proteccionismo agrícola antes de firmar un pacto. A cambio, la UE pide más apertura de servicios y compras públicas del Mercosur.

Igual reclamo escuchó Fischler en el Congreso. Allí, legisladores del PJ, la UCR y de otros partidos como Alicia Castro, Luis Zamora y Guillermo Alchourón reclamaron contra la política agrícola comunitaria, cuya reforma, dijeron, aún no alcanza y sigue perjudicando las exportaciones rurales del Sur. El miércoles el ministro Roberto Lavagna le había planteado al enviado de Bruselas que la UE deber abrirse más, si quiere concesiones aquí, no sólo en bienes primarios sino en alimentos procesados.

La semana próxima, en Bruselas, se intercambiarán las propuestas de ambos bloques, para un acuerdo que debería firmarse este año y que avanzar más velozmente que el ALCA que propicia Estados Unidos. Será una semana especial en Europa: desde mañana la UE tendrá 10 nuevos socios (Ver pág. 32), una ampliación que traerá oportunidades y riesgos para el Mercosur.

El secretario de Relaciones Económicas Internacionales, Martín Redrado, indicó ayer que "ningún producto argentino está amenazado". Y el Centro de Economía Internacional de la Cancillería difundió un estudio según el cual la oferta exportable argentina a la UE es de diferente composición a la que ofrecerán desde mañana, con arancel 0, países como Polonia, Hungría y otros del centro y este europeos que tendrán membresía en UE. Pero algunos productos puntuales como ciertas carnes y agroalimentos o aceites podrían ser desplazados. Luego, un acuerdo Mercosur-UE lo atenuaría.

Hernán Lacunza, director del CEI, dijo a Clarín que "hay ventajas en la ampliación en el hecho que los 10 países importan cada año US\$ 200 millones, por lo que se agrega demanda a nuestros productos. Y no compiten con nosotros pues de lo que venden a la UE sólo 5% son agroalimentos, en tanto que en nuestro caso ese rubro es 75% del total"

Con todo, aceptó, a largo plazo podrían verse afectadas manufacturas de origen industrial, "que ellos sí venden y nosotros eventualmente podríamos colocar si avanza el acuerdo Mercosur-UE".

Al cuantificar las amenazas de la expansión de la UE dijo que abarcan exportaciones anuales por US\$ 681 millones (14% de la exportación total argentina a ese mercado), referidas a algunas frutas, bebidas, maíz, hierro, acero o aluminio. Pero los principales productos de exportación, como soja y carne bovina, no están amenazados. Y habrá mejores oportunidades también en frutas, cereales, cueros, algodón y productos químicos, entre otros.

Sobre subsidios al campo, Lacunza recordó que "la UE congeló su presupuesto actual, de unos 45.000 millones de euros, por 10 años y ahora deberá repartirlo ya no entre 15 sino entre 25 países", por lo que ahí no habrá impacto negativo general para el Mercosur, aunque sí más lobby de los nuevos socios sobre el reparto de los sostenes oficiales.

O ESTADO DE SAO PAULO

Negociações entre Mercosul e UE podem "implodir"

Londres - Representantes do Mercosul demonstram uma crescente irritação com a recente postura adota pela União Européia (UE) nas negociações de um tratado comercial entre os dois blocos, que está iniciando uma fase considerada crucial. As discrepância entre as propostas apresentadas reservadamente pelos europeus e as suas declarações à imprensa criaram um início de um impasse no diálogo bilateral. A insatisfação entre diplomatas brasileiros e argentinos com o comportamento dos negociadores europeus é tamanha que eles admitem que as negociações "poderão implodir" se não houver uma mudança de curso no processo.

Esse clima de incertezas deverá marcar a reunião do Comitê de Negociação Bi-Regional, que reunirá graduados representates dos dois lados entre segunda e sexta-feiras da próxima semana, em Bruxelas. Até o final do mês passado, quando o clima ainda era de pleno otimismo, o encontro era visto como uma oportunidade para acertar os últimos detalhes das propostas de acesso aos mercados que Mercosul e União Européia deveriam ter apresentado no dia 15 passado.

Isso permitiria que um rascunho do acordo pudesse ser anunciado até o final de maio e que ele pudesse ser formalizado até outubro próximo. Mas a troca de ofertas não ocorreu, devido ao recuo dos europeus, que alegaram que era necessário mais tempo para "afinar" as propostas. Nos bastidores, representantes da UE afirmavam que não estavam satisfeitos com pontos da oferta do Mercosul, principalmente no que se refere ao acesso às compras governamentais, que consideravam insuficiente.

Em uma reunião realizada em Buenos Aires nos dias 18 e 19 passados, os europeus apresentaram verbalmente algumas propostas ao Mercosul. Eles reafirmaram que pretendem adiantar, através da concessão de quotas de exportação, o acesso aos seus mercados agrícolas que será negociado na rodada multilateral do comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo o relato dos europeus, essas quotas favorecem o acesso da carne, frango, etanol e alguns outros produtos agrícolas considerados fundamentais pelo Mercosul. No entanto, fontes do Itamaraty afirmam que as propostas verbais dos europeus eram muito fracas. "Etanol, por exemplo, depende do aumento do consumo na Europa e a quota para a carne é fraca demais", disse a fonte.

Fontes do Mercosul dizem que a estratégia européia de usar a imprensa para conduzir a negociação é "nociva para o diálogo". Como exemplo, citam o comissário europeu para a agricultura, Franz Fischler, que ao visitar o Brasil nesta semana, disse que a Europa pretende facilitar o acesso do açúcar do Mercosul aos seus mercados. "O problema é que na reunião de Buenos Aires, quando eles relataram pontos de suas ofertas, o açúcar não foi mencionado, apenas o etanol", disse uma fonte do Itamaraty.

A expectativa dos diplomatas do Mercosul é que a UE apresente no papel, formalmente, a sua proposta na reunião da próxima semana em Bruxelas. A oferta do Mercosul, segundo eles, já foi apresentada aos europeus e há duas hipóteses para o recuo. A primeira seria que os países-membros da UE estão divididos sobre a estratégia de conceder tratamento preferencial ao Mercosul na questão agrícola antes da rodada da OMC. A outra é que os Europeus estão tentando valorizar ao máximo a sua oferta.

GAZETA MERCANTIL

Acordo com Mercosul pode ser afetado

Brasília e São Paulo, 30 de Abril de 2004 - Impactos são difíceis de se prever, mas acordo pode compensar perdas ou ficar mais difícil de sair. A partir de amanhã, a União Européia (UE) passa por sua histórica quinta e maior ampliação, com a adesão de mais 10 países. Um dos mais óbvios impactos disso para o Brasil é a inclusão oficial desses novos membros à

negociação do acordo comercial entre o Mercosul e o bloco europeu, já em curso com os outros 15 sócios da UE e previsto para ser assinado no segundo semestre deste ano. O efeito dessa inclusão? As opiniões são diversas.

Para o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icne), países como a Polônia, que está chegando oficialmente agora à UE e tem cerca de 20% de sua população no setor agrícola, pode tentar dificultar as discussões. Pode se aliar a antigos membros, como a França, mais reticentes a conceder abertura do mercado agrícola europeu. A agricultura é o setor de maior interesse no acordo para o Mercosul, que tem muitas vantagens nessa área em relação aos dez novos membros. Essas economias têm problemas sanitários no setor e nem chegam a cumprir todas as suas cotas de exportações à UE-15, mas receberão recursos de Bruxelas e investimentos privados que deverão modernizar seus campos.

José Augusto Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que o acordo poderá compensar possíveis perdas que o Brasil terá com a ampliação do bloco, que ganha 80 milhões de novos consumidores e passar a ter cerca de 450 milhões deles. A economia do bloco crescerá em cerca de € 404 bilhões, 5% do valor atual.

Segundo Osvaldo Douat, presidente da Coalizão Empresarial Brasileira, grupo que acompanha as negociações internacionais, com o acordo birregional o Brasil aumentará o acesso ao mercado europeu e ampliará a base de consumidores para seus produtos, porém terá de competir com a melhoria industrial dos novos membros. E afirma que a escala com que o impacto para o País será sentido dependerá do segmento industrial. "A situação de eletroeletrônicos, por exemplo, é preocupante."

Douat defendeu duas ações urgentes para o Brasil reverter um provável cenário menos favorável no futuro. A primeira é o aumento da competitividade produtiva e de exportação de manufaturados. A segunda, a definição de um quadro regulatório para atrair investimentos externos, principalmente em infra-estrutura.

Para Castro, a primeira desvantagem para o Brasil com a ampliação européia, no curto prazo, será uma alternância na rota dos investimentos externos da América Latina para os novos membros.

Estima-se que os dez novos membros ficarão com a metade dos € 34 bilhões que serão investidos este ano, pela UE, em um sistema de distribuição de incentivos para investimentos, infra-estrutura e a fixação de indústrias em regiões mais pobres e atrasadas.

Como principal atrativo, estes países possuem mão de obra qualificada e baixos salários. As indústrias européias não esperaram a adesão para iniciar a transferência de algumas atividades, na medida em que o custo médio da mão-de-obra nos novos países membros é cinco vezes menor do que na UE: varia de € 2,42 euros por hora, na Letônia, a € 8,98 na Eslovênia, contra € 26,54 na Alemanha.

Em alguns casos, segundo Castro, os países possuem ainda boa oferta de matéria-prima. Por outro lado, Castro destaca que o Brasil terá a seu favor um mercado ampliado de consumidores. "Hoje, a maioria com baixo poder aquisitivo, mas com tendência de elevação rápida do poder compra e de maior importação."

ABC

Descartan que nuevo impuesto en Brasil afecte espíritu del Mercosur

El nuevo impuesto a los productos decidido por Brasil y que entrará en vigencia mañana no quebranta ningún capítulo del Tratado de Asunción, que dio origen al Mercado Común del Sur (Mercosur), según expresó ayer el embajador brasileño en Asunción, Luiz Augusto de Castro Neves.

Este es un impuesto interno brasileño, que abarca productos brasileños e importados, o sea, no se afecta solo a la importación, sino a cualquier producto comercializado en Brasil, explicó el diplomático. Agregó que no es una Meti (Medida Especial Temporaria de Importación) que guarda relación solamente con los productos importados, razón por la que no quebranta para nada el Tratado de Asunción y todos los demás instrumentos del Mercosur. Anteriormente, los productos brasileños pagaban impuestos y los importados no; lo que se hizo ahora es universalizar el cobro de impuestos sobre cualquier producto, siguió diciendo.

"No estamos perjudicando absolutamente a nadie. Los productos paraguayos, argentinos, uruguayos, entran en Brasil y compiten con sus pares brasileños en igualdad de condiciones", destacó.

Castro Neves añadió que el nuevo impuesto forma parte de la política fiscal brasileña, dentro de un conjunto de medidas, que sirve para sostener la actividad del Estado, ya sea en materia de educación, salud, seguridad pública o programa de desarrollo social.

Productores ganaderos reaccionaron esta semana ante el anuncio hecho por el gobierno brasileño de gravar con el 9,25 por ciento más a las exportaciones de carne paraguaya desde mayo. Para el presidente interino de la Asociación Rural del Paraguay (ARP), Ramiro Maluff, la medida representa una clara señal de que el Mercosur no funciona de la manera que debería hacerlo y considera que no es justo dentro del espíritu de integración que deben tener todos los países componentes del bloque regional.

Maluff considera que este impuesto creado por Brasil para solucionar sus problemas sociales será transferido finalmente al productor paraguayo, lo que significa que nuestros industriales estarán generando recursos para que los brasileños cubran sus necesidades a expensas de la producción paraguaya.

Advirtió que serán resentidas las exportaciones cárnicas al Brasil si se mantiene firme el nuevo impuesto y obligará al país a buscar nuevos mercados.

EL PAIS

Senado mexicano ratificó tratado de libre comercio con Uruguay

México - El Senado mexicano ratificó por unanimidad el Tratado de Libre Comercio con Uruguay que ambos países firmaron en noviembre pasado en Bolivia, durante la XIII Cumbre Iberoamericana.

El acuerdo fue aprobado anoche por 67 votos a favor y fue remitido al Ejecutivo para su promulgación y posterior entrada en vigor, según se informó hoy.

El tratado, cuyas negociaciones se iniciaron en agosto de 2002, establece la reducción o eliminación gradual de los aranceles para los bienes originarios de cada país, además de la prohibición de incrementar los ya existentes ni adoptar otros nuevos.

Sin embargo, se establecieron ciertas excepciones, ya que México acordó sujetar la desgravación del calzado a diez años y el establecimiento de cupos anuales de importación para los tejidos de lana.

Además, dejó fuera del proceso los productos pesqueros, excepto algunos como el cangrejo rojo y la centolla congelados, vieiras naturales congeladas y pescado seco salado, entre otros.

En contrapartida, se avanzará "hacia la liberación recíproca de productos de interés de México con potencial de comercio", como flores, hortalizas, frutas, harina de trigo, productos de panadería, preparaciones de hortalizas y alimenticias varias, bebidas no alcohólicas y cervezas.

Con la ratificación de este acuerdo, México cuenta ya con una red de 11 tratados de libre comercio, 17 acuerdos para la protección recíproca de las inversiones y 6 acuerdos de complementación económica.

"Derivado de estos instrumentos económicos, comerciales y financieros internacionales, México es la séptima potencia comercial mundial y la primera de América Latina", destacó la Cámara Alta.

Legisladores de diversos partidos coincidieron en que la aprobación de este tratado se enmarca dentro de la política de Estado por avanzar hacia la diversificación económica que necesita el país, tomando en cuenta que su principal socio comercial es Estados Unidos, que concentra cerca del 90 por ciento de los envíos mexicanos.

En ese sentido, la Cancillería anunció este mes que México pedirá formalmente su ingreso como miembro pleno en el Mercado Común del Sur (Mercosur), que integran Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, durante la próxima cumbre de este bloque sudamericano, que se celebrará a mediados de año en Buenos Aires y a la que asistirá como invitado el presidente mexicano, Vicente Fox.